

RELIANCE STEEL & ALUMINUM CO.

POLÍTICA ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO

Introdução

1. A Reliance tem o compromisso de executar suas transações de negócios com integridade e de agir de forma ética e legal, de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis, como Leis sobre Práticas de Corrupção no Exterior dos EUA (U.S. Foreign Corrupt Practices Act) (“*FCPA*”) e a Lei Antissuborno do Reino Unido (“*UK Bribery Act*”) de 2010. Como parte desse compromisso, a Reliance possui uma política de longa data proibindo suborno e corrupção na conduta de nossos negócios nos Estados Unidos e no exterior.
2. Esta Política Antissuborno e Anticorrupção da Empresa (a “*Política*”) se aplica a todos os diretores, executivos, funcionários, subsidiárias e afiliadas da Reliance, onde quer que estejam localizados quando se refere a suas atividades em nome da Reliance (daqui em diante mencionados coletivamente como “*Funcionários*”). A Reliance também espera que qualquer pessoa que atue em nome, ou no interesse, da Reliance, incluindo mas não limitada a joint ventures e outros parceiros de negócios, agentes, distribuidores e consultores (daqui em diante mencionados coletivamente como “*Parceiros de Negócios*” e, juntamente com os Funcionários, “*Associados da Empresa*”), cumpra todas as leis anticorrupção aplicáveis e a Política.
3. Os Associados de Negócios não podem tomar nenhuma medida com a finalidade de burlar essas exigências. Por exemplo, um Associado de Negócios não pode solicitar ou de outra forma utilizar um terceiro para executar o que é proibido por esta Política.

Exigências Gerais para Evitar o Suborno e a Corrupção

4. Os Associados de Negócios não podem direta ou indiretamente fazer, prometer, aprovar, autorizar ou oferecer-se para dar a qualquer pessoa - ou aceitar ou solicitar de qualquer pessoa - qualquer coisa de valor (incluindo mas não limitado a pagamentos em dinheiro) para induzir de maneira imprópria o destinatário a tomar (ou deixar de tomar) qualquer medida que iria conferir um benefício ou vantagem comercial para a Reliance, suas afiliadas ou qualquer outra parte.
5. Oferecer itens de valor para membros da família, associados próximos ou organizações favorecidas de parceiros de negócios, potenciais parceiros de negócios ou funcionários públicos deve seguir as mesmas limitações estabelecidas para presentes, entretenimento e hospitalidade de modo geral, já que tais ações podem ser interpretadas como tentativas de burlar essas regras.

Tratando com Funcionários Públicos

6. Embora seja política da Reliance proibir suborno de qualquer tipo (nos setores privado e público), as interações com Funcionários Públicos (definidas abaixo) devem ser rigidamente monitoradas devido ao crescente risco de violações das leis anti-corrupção aplicáveis. O suborno de Funcionários Públicos é contra a lei em todos os países e frequentemente resulta em penalidades criminais tanto para o funcionário quanto para a empresa. Portanto, todas as negociações financeiras ou comerciais e todos os presentes ou entretenimento/hospitalidade envolvendo tais pessoas serão examinadas com especial cuidado, tanto pela Reliance como por pessoas de fora da empresa.

7. Além disso, muitos países, incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido, entre outros, possuem leis contra o suborno de Funcionários Públicos em países que não são os seus. Assim, é importante lembrar que qualquer suborno desse tipo criaria problemas para você e para a Reliance em mais de uma jurisdição legal. Por conseguinte, todas as interações com Funcionários Públicos devem aderir escrupulosamente a esta Política para evitar qualquer aparência de impropriedade em nome da Reliance.
8. Para as finalidades desta Política, um "Funcionário Público" inclui: (i) qualquer executivo ou funcionário de um governo ou de qualquer departamento, agente ou órgão de tal governo (incluindo uma empresa estatal de propriedade ou controlada pelo governo ou uma instalação ou sistema estatal) ou de uma organização pública internacional; (ii) qualquer pessoa em cargo público para ou em nome de um governo ou entidade do governo ou de uma organização internacional pública, um partido político ou funcionário de um partido ou candidato a cargo público (incluindo, por exemplo, consultores que ocupam cargos no governo, funcionários de empresas de propriedade ou controladas por governos, servidores civis, executivos do setor administrativo e judiciário, candidatos políticos e membros das forças armadas). Embora não sejam eles mesmos Funcionários Públicos, interações com membros da família, e outras pessoas próximas associadas a Funcionários Públicos estão sujeitas às mesmas restrições do que as interações com Funcionários Públicos.
9. Ao conduzir suas atividades relacionadas com a Reliance, os Associados de Negócios não devem oferecer, pagar, dar, prometer ou autorizar o pagamento de qualquer valor em dinheiro ou de qualquer coisa de valor a qualquer pessoa quando as circunstâncias relacionadas puderem indicar uma alta probabilidade de que essa pessoa tenha oferecido ou dado, ou de que irá oferecer ou dar, dinheiro ou qualquer coisa de valor para ou em benefício de qualquer Funcionário Público para influenciar indevidamente o desempenho das funções oficiais desse Funcionário Público.
10. Associados de Negócios não tem permissão para efetuar ou oferecer, direta ou indiretamente, pagamentos de facilitação. Um "pagamento de facilitação" é um pagamento nominal efetuado a um Funcionário Público para garantir ou agilizar a realização de uma ação do governo de rotina, não discricionária. Exemplos de pagamentos de facilitação incluem pagamentos para agilizar o processamento de licenças, autorizações ou vistos para os quais todos os documentos estão em ordem. Se um Associado de Negócios recebe ou toma conhecimento de um pedido ou exigência para um pagamento de facilitação ou suborno, em conexão com seu trabalho na Reliance, o Associado de Negócios deverá denunciar imediatamente tal pedido ou exigência ao seu supervisor imediato ou ao Grupo Jurídico Corporativo antes de adotar qualquer medida. Taxas de serviço legítimas e legais pagas a um departamento do governo, oferecidas ao público de acordo com uma programação (por exemplo, taxas de agilização de serviços) não são pagamentos de facilitação.

Presentes, Hospitalidade e Entretenimento

11. Em muitos países, presentes, hospitalidade e entretenimento representam um papel importante nos protocolos e costumes de negócios. Entretanto, quando fornecidos inadequadamente, presentes, hospitalidade e entretenimento podem violar uma ou mais leis. Portanto, as leis e as políticas da Reliance devem ser cumpridas.
12. Todos os presentes, hospitalidade e entretenimento devem ser:

- Legais de acordo com todas as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a FCPA, a Lei Antissuborno do Reino Unido e as leis locais aplicáveis
 - Transparentes e documentadas
 - Ocasionais
 - Não em dinheiro ou equivalente a dinheiro
 - Nunca dados ou aceitos se for esperada uma ação imprópria em retribuição
 - Se o destinatário for um Funcionário Público, você deve obter a aprovação prévia por escrito do Consultor Jurídico
13. Em conexão com seu trabalho na Reliance, os Funcionários não têm permissão de receber presentes, serviços, bonificações, entretenimento ou outros itens com valor monetário maior que o simbólico ou nominal, de Parceiros de Negócios ou de terceiro atuando em seu nome. Além disso, presentes de valor nominal são permitidos somente se forem recebidos eventualmente e apenas em ocasiões apropriadas de troca de presentes.

Doações beneficentes e contribuições políticas

14. Contribuições a candidatos a cargos públicos ou partidos políticos, bem como doações a organizações beneficentes nas quais Funcionários Públicos possuem uma participação (como diretor ou gestor), levantam questões potenciais segundo as leis anticorrupção. Assim sendo, nenhuma contribuição política ou doação beneficente pode ser oferecida ou efetuada em nome da Reliance a não ser que aprovada previamente pelo Consultor Jurídico.
15. Na extensão permitida pela lei aplicável, Associados de Negócios podem participar de atividades políticas e beneficentes com seus nenhuma recursos e usando seu tempo disponível. Tais atividades podem ser realizadas de forma que deixe claro para um observador externo que elas não estão relacionadas a quaisquer negócios da Reliance.

Livros e Registros

16. Os livros e registros corporativos da Reliance, suas subsidiárias e afiliadas, devem ser corretos, precisos e refletir plenamente, com detalhamento razoável, as transações e atividades da Reliance, suas subsidiárias e afiliadas, incluindo a natureza e finalidade da transação ou atividade. Nenhum lançamento falso, impreciso ou incompleto pode ser efetuado em nossos livros e registros, sob nenhuma circunstância. A equipe de contabilidade e finanças, com a ajuda do Grupo Jurídico Corporativo quando necessário, irá confirmar que os livros e registros da Reliance, suas subsidiárias e afiliadas atendem esse requisito, através de análises periódicas e outros meios.
17. A Reliance, suas subsidiárias e afiliadas irão manter um sistema de controles internos de contabilidade suficiente para fornecer razoável garantia de que:
- As transações sejam executadas de acordo com autorizações gerais ou específicas da administração.
 - As transações sejam registradas conforme a necessidade (1) para permitir a preparação de demonstrativos financeiros, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente

aceitos ou quaisquer outros critérios aplicáveis a tais demonstrativos; e (2) para manter o controle do ativos.

- O acesso aos ativos seja permitido somente de acordo com a autorização geral ou específica da administração.
- O controle de registro dos ativos é comparado com os ativos existentes, em intervalos razoáveis e medidas adequadas são tomadas a respeito de quaisquer diferenças.

Responsabilidades em apoio a esta política

18. A conformidade com esta política é obrigatória. A participação e adesão aos princípios e exigências descritos nesta Política serão elementos importantes na avaliação anual do funcionário e irão afetar as decisões relacionadas à remuneração, promoção e retenção.
19. Os funcionários que violarem essa Política estão sujeitos a medidas disciplinares, inclusive a demissão. Os Parceiros de Negócios que violarem esta Política estarão sujeitos à suspensão de todas as relações comerciais com a Reliance.
20. Para promover a conformidade, os seguintes funcionários deverão realizar treinamentos de conformidade quando e como determinado pelo Grupo Jurídico Corporativo: (i) executivos e pessoal administrativo, diretores executivos, presidentes, diretores de operações, vice-presidentes, gerentes gerais, gerentes de divisão, gerentes financeiros e controlers da Reliance, suas divisões, subsidiárias e afiliadas (coletivamente a, “*Alta Administração da Reliance*”), e (ii) todos os funcionários ou agentes que interajam com Funcionários Públicos, Parceiros de Negócios ou clientes (tais pessoas mencionadas coletivamente como “*Representantes da Reliance*”).
21. Além disso, para assegurar que manteremos nossa reputação de integridade e honestidade, a Alta Administração da Reliance e os Representantes da Reliance devem garantir que esta Política seja claramente entendida e cumprida pelas pessoas que atuam em nome da Reliance, incluindo nossos Parceiros de Negócios.
22. A Alta Administração da Reliance e os Representantes da Reliance deverão anualmente entregar a Certificação de Conformidade aqui anexada como Apêndice A. A Certificação de Conformidade deve ser preenchida e encaminhada ao Grupo Jurídico Corporativo a cada ano civil, com a programação determinada pela Reliance. Os Parceiros de Negócios poderão entregar a Certificação de Conformidade aqui anexada como Apêndice A quando e como determinado pelo Grupo Jurídico Corporativo.
23. Quaisquer dúvidas em relação a esta Política devem ser encaminhadas ao Consultor Jurídico pelo número +1-213-576-8832 ou will.smith@rsac.com.
24. Os Associados de Negócios deverão manifestar suas preocupações em relação a possíveis violações desta Política ou da lei.. Os relatos poderão ser feitos ao seu supervisor, ao Grupo Jurídico Corporativo, ou através da Hotline EthicsPoint. Tais relatos são estimulados. A ausência de comunicação em tais circunstâncias pode acarretar medidas disciplinares ou encerramento do contrato de trabalho.

25. Quaisquer relatos podem ser feitos anonimamente. Em nenhuma circunstância você estará sujeito a ações de represália por fazer um relato de boa-fé sobre uma violação efetiva ou suspeita de uma violação. Ninguém na Reliance poderá fazer qualquer tipo de represália contra você e as tentativas de fazê-lo estarão sujeitas a medidas disciplinares.

* * *

